

## **REGULAMENTO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **BANCO COMERCIAL DO ATLÂNTICO, S.A.**

Aprovado na reunião do Conselho de Administração de 08 de Abril de 2019:

#### **Artigo 1º**

##### **(Objeto)**

O presente Regulamento do Conselho de Administração do Banco Comercial do Atlântico, S.A. (o “BCA”) estabelece as suas regras de organização e de funcionamento, bem como os princípios e normas de atuação que deverão reger a conduta dos seus membros (os “Administradores”) no exercício das respetivas funções, em complemento das disposições legais e estatutárias.

#### **Artigo 2º**

##### **(Aprovação e Vigência)**

1. O presente Regulamento foi aprovado em reunião do Conselho de Administração do BCA, realizada em 08 de Abril de 2019, data de início da sua vigência.
2. O presente Regulamento vigorará por tempo indeterminado.

#### **Artigo 3º**

##### **(Carácter Vinculativo)**

1. O presente Regulamento obriga todos os Administradores.
2. Qualquer Administrador que venha a ser eleito, nomeado ou cooptado em data posterior à data de aprovação do presente Regulamento ficará automática e incondicionalmente sujeito ao mesmo, sem necessidade de qualquer ato ou formalidade de adesão para o efeito.

#### **Artigo 4º**

##### **(Objetivos)**

A atuação do Conselho de Administração terá como objetivo geral a prossecução do interesse social, atendendo aos interesses dos acionistas e ponderando outros interesses relevantes, designadamente dos seus colaboradores e clientes.

#### **Artigo 5º**

##### **Composição)**

1. O Conselho de Administração é composto por cinco (5) a onze (11) Administradores, sendo um o Presidente, todos dispensados de prestação de caução.
2. As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração serão preenchidas pelo próprio Conselho de Administração, através de cooptação, até que a primeira Assembleia Geral, sobre eles, decida definitivamente

**Artigo 6º**  
**(Competências)**

1. Ao Conselho de Administração compete, além das atribuições gerais que, por lei, lhe são conferidas:
  - a) Gerir os negócios sociais e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;
  - b) Representar a Sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, comprometer-se mediante convenção de arbitragem, à decisão de árbitros;
  - c) Adquirir, vender ou, por outra forma, alienar, ou onerar direitos e bens, móveis ou imóveis, sem prejuízo do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 9º dos Estatutos da Sociedade;
  - d) Constituir Sociedades, subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
  - e) Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade, as normas de funcionamento interno, designadamente sobre o pessoal e sua remuneração;
  - f) Constituir mandatários com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;
  - g) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela lei e pelos acionistas.

**Artigo 7º**  
**(Delegação de Competências)**

1. O Conselho de Administração poderá delegar a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva, constituída por um mínimo de três (3) Administradores, definindo em ata os limites e condições de tal delegação.
2. A atuação do Conselho de Administração deve ser complementada por comissões em áreas centrais do Governo da Sociedade, incluindo a gestão de risco e o conflito de interesses.

**Artigo 8º**  
**(Competências do Presidente)**

1. Sem prejuízo das demais competências previstas na lei, compete especialmente ao Presidente do Conselho de Administração:
  - a) Representar o Conselho, em juízo e fora dele;
  - b) Coordenar a atividade do Conselho de Administração e convocar e dirigir as respetivas reuniões;
  - c) Exercer voto de qualidade;
  - d) Zelar pela correta execução das deliberações do Conselho de Administração.
2. Nas suas faltas e impedimentos, o Presidente será substituído pelo Administrador designado para o efeito.

3. Se o Presidente exercer funções executivas, deve o Conselho de Administração indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.

### **Artigo 9º** **(Deveres dos Administradores)**

1. Sem prejuízo do estabelecido na lei e nos Estatutos da Sociedade, os Administradores devem, isolada ou conjuntamente ou participando em qualquer escalão de decisão, exercer as suas funções de forma a salvaguardar os interesses da Sociedade e a sua sustentabilidade a longo prazo, observando os níveis de risco adequados nas operações, zelando pelo cumprimento dos objetivos estratégicos da Sociedade e ponderando os interesses dos acionistas bem como dos seus trabalhadores, clientes e credores.
2. No exercício das suas funções, os Administradores devem, ainda, designadamente e sem prejuízo do estabelecido na lei e nos estatutos da Sociedade:
  - a) Exercer o cargo respeitando os deveres de cuidado e lealdade, atuando com diligência na defesa dos interesses da Sociedade, bem como evitando quaisquer situações de conflito de interesses;
  - b) Atuar sempre nos termos da lei e dos Estatutos da Sociedade, dando cumprimento às deliberações da Assembleia Geral;
  - c) Comparecer às reuniões do Conselho de Administração e das comissões de que façam parte;
  - d) Comparecer às reuniões de Assembleia Geral, prestando as informações e esclarecimentos necessários;
  - e) Prestar aos órgãos de fiscalização todas as informações e esclarecimentos que lhes sejam solicitados;
  - f) Guardar sigilo sobre informações ainda não divulgadas ao mercado, obtidas em razão do cargo, mesmo depois de terminado o seu mandato, sem prejuízo do direito à informação da Sociedade, dos sócios e de terceiros.
3. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações, por aqueles, requeridas.

### **Artigo 10º** **(Reuniões do Conselho de Administração. Convocatória)**

1. O Conselho de Administração deve reunir em sessão ordinária, pelo menos uma vez por trimestre, e em sessão extraordinária sempre que for convocado pelo seu Presidente, por iniciativa deste ou por solicitação de dois Administradores.
2. Os Administradores são convocados com a antecedência mínima de 10 (dez) dias, preferencialmente por escrito, através de telecópia ou de correio eletrónico (desde que cada Administrador tenha confirmado por escrito a morada de correio eletrónico e a sua aceitação à convocatória por este meio), mas podendo ser efetuada por simples comunicação verbal, incluindo telefónica.

3. Até 4 (quatro) dias antes de cada reunião, qualquer Administrador pode solicitar ao Presidente a inclusão de assuntos na ordem de trabalhos, desde que os mesmos estejam no âmbito das competências estatutárias e legais do Conselho de Administração.
4. O Presidente do Conselho de Administração pode decidir, fundamentadamente, encurtar os prazos referidos nos números anteriores, em casos de especial urgência ou necessidade.
5. No âmbito da organização das reuniões, compete, nomeadamente, ao Presidente
  - a) Designar data, hora e local para as reuniões; e
  - b) Assegurar que a convocatória das reuniões do Conselho de Administração contém a ordem de trabalhos e está acompanhada da documentação e das informações relevantes para que os Administradores possam desempenhar com eficácia as suas funções.
6. A convocatória é dispensada sempre que o Conselho de Administração deliberar prefixar as datas e horas das suas reuniões ou quando estejam presentes ou representados todos os Administradores.
7. Na situação prevista na primeira parte do número anterior, cabe igualmente ao Presidente do Conselho de Administração assegurar o envio aos restantes Administradores da ordem de trabalhos e dos demais elementos referidos na alínea b) do nº 5.
8. O Conselho de Administração reúne na sede social ou, caso devidamente justificado pelo Presidente do Conselho de Administração, noutro local, indicado na respetiva convocatória.

#### **Artigo 11.º**

##### **(Funcionamento das Reuniões)**

1. As reuniões do Conselho de Administração são presididas e dirigidas pelo seu Presidente e nas suas faltas ou impedimentos pelo Administrador por ele designado.
2. Sempre que o entender conveniente, o Presidente ou quem o substituir pode encarregar um dos vogais de proceder à elaboração de um relatório sobre qualquer das matérias submetidas à apreciação do Conselho.
3. As reuniões do Conselho de Administração são secretariadas por Secretário designado pelo Presidente, a quem compete lavrar as respetivas atas.

#### **Artigo 12º**

##### **(Participação nas Reuniões)**

1. Qualquer Administrador pode fazer-se representar nas reuniões do Conselho de Administração por outro Administrador, mediante carta dirigida ao Presidente, não podendo cada instrumento de representação ser utilizado mais do que uma vez.
2. A carta de representação deve indicar o dia e a hora da reunião a que se destina, devendo ser mencionada na ata e arquivada no expediente da reunião.
3. Os Administradores podem também participar nas reuniões através de meios telemáticos, nomeadamente videoconferência.

4. Podem ser chamados a participar nas reuniões do Conselho de Administração colaboradores e quadros da Sociedade, bem como consultores ou outros terceiros de reconhecida competência ou especialização para prestar esclarecimentos, contribuições técnicas ou assessoria ao Conselho de Administração sobre assuntos relevantes.

**Artigo 13º**  
**(Deliberações)**

1. O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.
2. As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria, tendo o Presidente, ou quem o substitua, voto de qualidade em caso de empate.

**Artigo 14º**  
**(Atas)**

1. De cada reunião do Conselho de Administração é lavrada uma ata, que é assinada por todos os membros do Conselho de Administração que naquela tiverem participado.
2. Caso não seja imediatamente lavrada e assinada, a minuta de ata da reunião deve ser remetida aos Administradores, presentes ou representados nessa reunião, para que sobre ela se pronunciem à sua receção, enviando quaisquer comentários ao Presidente do Conselho de Administração.
3. As minutas de atas lavradas nos termos dos números antecedentes deverão ser aprovadas e assinadas na reunião imediatamente subsequente, exceto no caso da produção de efeitos das deliberações adotadas exigir a sua formalização e/ou apresentação em data anterior, caso em que a ata em causa será circulada para aprovação e assinatura por todos os Administradores no mais curto espaço de tempo possível após a respetiva reunião.
4. Nas reuniões em que não haja quórum é, ainda assim, lavrada ata com essa menção, bem como de quaisquer justificativos para a ausência dos Administradores.

**Artigo 15º**  
**(Conflitos de Interesse)**

1. Os membros do Conselho de Administração relativamente aos quais se verifique alguma situação de conflito de interesses enquadrável, designadamente, nas previsões dos artigos 427 e 437º, n.º 6 do Código das Empresas Comerciais e dos artigos 31º, 79º, 80º e 81º da Lei de Atividades das Instituições Financeiras, bem como do Código de Conduta e demais regulamentação em vigor na Sociedade, devem informar, prévia e justificadamente, o Presidente do Conselho de Administração.
2. Sempre que um membro do Conselho de Administração pretenda assumir funções executivas ou não executivas numa entidade que não integre o Grupo CGD, informará dessa sua pretensão ao Presidente do Conselho de Administração, ou no caso deste último, o Presidente do Conselho Fiscal, aplicando-se as regras previstas para a gestão de conflitos de interesses constantes da Política Global de Prevenção e Gestão de Conflitos de Interesse do BCA.

**Artigo 16º**  
**(Operações Alheias ao Objeto Social)**

É inteiramente vedado aos Administradores realizar em nome da Sociedade quaisquer operações alheias ao objeto social, constituindo-se o Administrador na obrigação de indenizar a sociedade pelos prejuízos que esta venha a sofrer em virtude de tais atos.

**Artigo 17º**  
**(Disposições Finais)**

1. Em tudo o que não se encontrar previsto no presente regulamento, rege o estabelecido nos estatutos da Sociedade e na legislação aplicável, bem como o que vier a ser deliberado pelo Conselho de Administração, ao qual caberá a faculdade exclusiva de alterar este regulamento.
2. Em caso de conflito entre este Regulamento e os Estatutos da Sociedade prevalecem estes.